



IPREMB – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 30 DE ABRIL DE 2022

Betim/MG, 31 de agosto de 2022.

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
IPREMB – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM

Prezados(as) Senhores(as),

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **IPREMB – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram o Balancete Contábil levantado em 30/04/2022, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para a Administração a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando à tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
Sócio Sênior

Índice

1.	INTRODUÇÃO	3
1.2	METODOLOGIA.....	4
1.3	TÉCNICAS DE ABORDAGEM	5
1.4	FONTES DE INFORMAÇÃO.....	5
1.5	ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	5
1.6	PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	7
2.	RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	7
2.1	BALANCETE ADAPTADO A MATRIZ DE RISCO	8
3.	COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS.....	8
4.	COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS	13
5.	CONCLUSÃO	19

MANUATO

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **IPREMB**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos no Balancete Contábil levantado em 30 de abril de 2022, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Entidades de Previdência, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 30 de abril do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Entidade auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária da entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de n.º 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pela Entidade. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Entidade contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

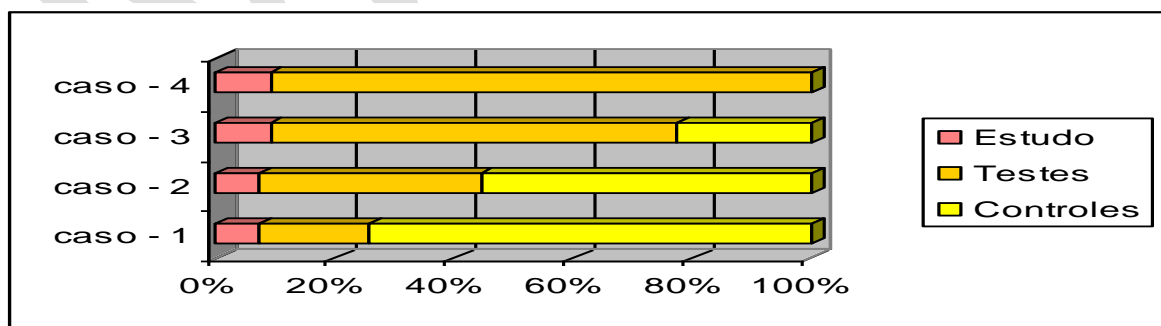
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente em uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

✓ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extracontábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo e interno, e de seu cumprimento.

2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 01/2020, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 BALANCETE ADAPTADO A MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado 30 de abril de 2022, sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e conseqüentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos					
Orçamentário	Grande	5	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante	4	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado	3	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno	2	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante	1	1	2	3	4	5
Operacional			1	2	3	4	5
Gestão							
Regulação							
Processos							
Licitações							
Recursos Humanos							
Contábil							
Serviços							
Fornecedores							
Despesas							
Receitas							

Matriz de Riscos					
IMPACTO	Grande	Relevante	Moderado	Pequeno	Insignificante
	5	4	3	2	1

Matriz de Riscos					
	1	2	3	4	5
Rara					
Improvável					
Possível					
Provável					
Quase certo					

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem conseqüências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem conseqüências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem conseqüências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **78,61%** do saldo total do ativo em 30 de abril de 2022. Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVOS	SALDOS				Variação 1º Quadrimestre 2022 (Comparativo com 3º Quadrimestre de 2021)	
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	1.368.053.475,41	78,61	1.362.382.521,55	80,30	5.670.953,86	0,42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	438.670.674,50	25,21	444.272.251,05	26,19	-5.601.576,55	-1,26
CONTA ÚNICA RPPS	115.650.861,44	6,65	115.826.948,07	6,83	-176.086,63	-0,15
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	1.884,64	0,00	1.884,64	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	323.017.928,42	18,56	328.443.418,34	19,36	-5.425.489,92	-1,65
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	39.760.201,98	2,28	39.760.201,98	2,34	0,00	0,00
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	39.760.201,98	2,28	39.760.201,98	2,34	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.107,56	0,00	2.107,56	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.210,06	0,00	1.210,06	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	897,50	0,00	897,50	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	889.564.810,21	51,11	878.292.279,80	51,77	11.272.530,41	1,28
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	878.054.935,39	50,45	878.292.279,80	51,77	-237.344,41	-0,03
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPP	639.695.960,35	36,76	628.035.599,14	37,02	11.660.361,21	1,86
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL RPPS	238.358.975,04	13,70	250.256.680,66	14,75	-11.897.705,62	-4,75
FUNDO DE INVESTIMENTO	11.509.874,82	0,66	0,00	0,00	11.509.874,82	100,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESTOQUES	55.681,16	0,00	55.681,16	0,00	0,00	0,00
MATERIAIS DE CONSUMO	50.711,16	0,00	50.711,16	0,00	0,00	0,00
MATERIAIS GRÁFICOS	4.970,00	0,00	4.970,00	0,00	0,00	0,00

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, portanto, a rubrica mais significativa do disponível a qual apresentou a seguinte variação no período.

✓ Controles Internos

As contas de depósitos e de aplicações mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os recebimentos de avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extramercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com a razão contábil.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou distorção de saldos em 30/04/2022 para os quais não encontramos subsídio de validação junto aos saldos de extratos das instituições financeiras, quais sejam:

Conta	Saldo relatório posição de bancos	Saldo extrato bancário	Diferença
13326-4 - BANCO BRADESCO	R\$ 5.323.103,17	R\$ -	R\$ -5.323.103,17
29-9 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 4.730.403,88	R\$ 2.193.864,88	R\$ -2.536.539,00
82-5 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 4.299,60	R\$ -	R\$ -4.299,60
85-0 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 29.998,72	R\$ -	R\$ -29.998,72

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam fragilidades quanto a ausência de conciliações periódicas dos numerários e demais documentos de suporte e ausência das adequadas conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram insuficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que apresentaram inconsistências quanto ao registro contábeis em desconformidade com os extratos bancários para as contas listadas no parágrafo de “constatação”. A administração pondera que as inconsistências apontadas foram corrigidas em períodos posteriores.

3.1.2 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES

✓ **Controles Internos**

As contas de Investimentos e aplicações, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os recebimentos de avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais

procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários e de fundos de investimento em cotejados com a razão contábil.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas de aplicação em fundos de investimentos estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Investimentos e aplicações são substanciados por meio de conciliações periódicas dos numerários e demais documentos de suporte e das análises e conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.4 ESTOQUES

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, porém aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos, atestando o valor patrimonial registrado para esse grupo.

✓ **Constatações**

Através de procedimentos alternativos de regressão a partir da listagem, buscamos efetuar testes de observância e substância, validamos o saldo em “Estoque”, além de receber atributo de risco baixo no ponto de vista da exposição ativa e no volume de transações.

✓ **Opinião**

Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação daqueles saldos, tornaram-se ineficientes em função da não apresentação de controles internos apropriados suficientes a validação do saldo contábil de R\$ 55.681,16, considerando a data base de 30/04//2022, inclusive sem variação no período de janeiro a abril, demonstrando que não está ocorrendo as baixas pelo consumo dos itens alocados naquela conta.

3.1.5 CRÉDITOS CURTO E LONGO PRAZO

ATIVOS	SALDOS				Variação 1º Quadrimestre 2022 (Comparativo com 3º Quadrimestre de 2021)	
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVOS CIRCULANTE	1.368.053.475,41	78,61	1.362.382.521,55	80,30	5.670.953,86	0,42
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	39.760.201,98	2,28	39.760.201,98	2,34	0,00	0,00
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	39.760.201,98	2,28	39.760.201,98	2,34	0,00	0,00
ATIVOS NÃO CIRCULANTE	372.342.854,09	21,39	334.167.357,00	19,70	38.175.497,09	11,42
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	289.997.454,43	16,66	289.997.454,43	17,09	0,00	0,00
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	289.997.454,43	16,66	289.997.454,43	17,09	0,00	0,00

Não obtivemos a documentação suporte ao registro contábil do saldo de investimentos, de modo que limitamos nossa opinião em relação a este saldo.

3.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **0,82%** do saldo do ativo recebendo atributo de risco baixo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **0,03%** das transações que compõem a variação de **R\$ 3.248,85**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco baixo do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

ATIVOS	SALDOS				Variação 1º Quadrimestre 2022 (Comparativo com 3º Quadrimestre de 2021)	
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
IMOBILIZADO	11.064.257,57	0,64	11.064.257,57	0,65	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	960.705,08	0,06	960.705,08	0,06	0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.514,40	0,00	2.514,40	0,00	0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	255.130,00	0,01	255.130,00	0,02	0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	244.468,95	0,01	244.468,95	0,01	0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	6.751,80	0,00	6.751,80	0,00	0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	451.839,93	0,03	451.839,93	0,03	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	10.455.748,85	0,60	10.455.748,85	0,62	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	3.248,85	0,00	3.248,85	0,00	0,00	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	10.452.500,00	0,60	10.452.500,00	0,62	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-352.196,36	-0,02	-352.196,36	-0,02	0,00	0,00

✓ Procedimentos de Auditoria

Buscamos, através da seleção pelo razão contábil de alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

i) Teste de recuperabilidade e revisão de vida útil

Não foram apresentados a comprovação da execução de inventário físico do imobilizado em 31/12/2021, assim como a entidade não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

Recomenda-se efetuar o teste de recuperabilidade dos seus ativos e o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

ii) Não reconhecimento de despesas com depreciação e diferença de saldo contábil e saldo de relatório de controle patrimonial

Não identificamos o registro dos valores de depreciação durante o exercício de 2020 e de 2022, evidencia de inadequação ao cumprimento dos normativos contábeis vigentes quanto ao reconhecimento das perdas pela utilização dos bens ativos (CPC 27). Ainda, não foi apresentado o relatório de controle patrimonial com a composição do saldo individualizado por item, data de aquisição, valor depreciado, considerando a data de 30/04/2022, cujo saldo contábil é de R\$ 11.064.257,57. A administração pondera eventuais divergências devido a ocorrência de aquisição de imobilizado, citando o caso do prédio sede, sendo que ainda não houve os registros contábeis decorrentes. No entanto, não apresentou relatório com a composição por item do imobilizado e devida conciliação entre o saldo de relatório de controle de patrimônio e o balancete contábil para a data.

✓ **Opinião**

A Entidade não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações. Anteriormente à vigência da Lei nº 11.638/2007, a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente. No entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais, as depreciações devem seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de

depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27. Deve-se efetuar esse levantamento quanto a valor de mercado e avaliação de vida útil, sendo que possíveis ajustes decorrentes podem refletir nos saldos contábeis apresentados para a data base de 30/04/2022.

Ainda, a ausência de registro das despesas com depreciação e inconsistência nos registros dos relatórios de patrimônio, são evidências de fragilidades nos controles do ativo imobilizado do Instituto.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **0,26%** do saldo total do passivo, apresentando uma variação negativa de **R\$ 39.087,84** equivalentes a um aumento de **0,87%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 1º Quadrimestre 2022 (Comparativo com 3º Quadrimestre de 2021)	
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE	4.525.590,88	0,26	4.486.503,04	0,26	39.087,84	0,87
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	16.372,68	0,00	24.694,68	0,00	-8.322,00	-33,70
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PR	54.312,06	0,00	2.554,30	0,00	51.757,76	2.026,30
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	364.457,59	0,02	-364.457,59	-100,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.454.906,14	0,26	4.094.796,47	0,24	360.109,67	8,79

4.1.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS), 13º salário, Férias da Entidade.

✓ Procedimentos de Auditoria

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ Constatações

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.3 PROVISÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Para validação desses saldos, obtivemos relatório emitido pela Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos das provisões sobre a folha de pagamento.

✓ **Constatações**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que tais provisões não estão sendo efetuadas, em desacordo com o princípio da competência.

✓ **Opinião**

A provisão para o pagamento férias e do 13º salário é calculada na base da remuneração dos empregados que tiverem trabalhado no mínimo quinze dias no mês, cabendo ajuste do valor provisionado nos meses anteriores em virtude de reajustes salariais, acrescidos dos encargos sociais cujo ônus cabe à empresa.

A entidade que não provisionar o valor férias e do 13º salário, em obediência ao princípio contábil da competência, irá contabilizar essa gratificação diretamente em conta de despesa ou custo, conforme o caso, no mês em que se der a quitação da gratificação em folha de pagamento

Os controles internos aderentes aos saldos das provisões trabalhistas não nos pareceram suficientes, de modo que não identificamos o registro contábil destas provisões.

4.1.4 DEMAIS OBRIGAÇÕES EM CURTO PRAZO

Quanto ao saldo de “Demais obrigações a curto prazo” limitamos nossa opinião ante a não apresentação, até a data de conclusão dos trabalhos, de composição do saldo registrado.

4.1.5 PROVISÕES A LONGO PRAZO

✓ Procedimentos de Auditoria

Este saldo de provisão, refere-se a Provisões Matemáticas e Atuarias, decorrentes das obrigações por conta dos planos de previdências ativos administrados pelo Instituto, a qual é determinada por avaliação atuarial periódica. As provisões matemáticas são calculadas com base na diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF dos diferentes benefícios cobertos pelo plano e o Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF do ente e segurados, observadas as alíquotas vigentes quando da data focal da avaliação atuarial. Para o cálculo atuarial do VACF, considerou-se o plano de custeio vigente, disposto na Lei Municipal nº 4.275, de 28/12/2005 na qual está definida a alíquota contributiva do segurado em 11,00% e do Ente Federativo em 11,00%, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

✓ Constatações

Observa-se que o saldo reconhecido em 30/04/2022 referente a Provisões Matemáticas e Previdenciárias é de R\$ 2.317.353.552,94, conforme comprovado pelo saldo do relatório atuarial, de 15/06/2021 (saldo de 31/12/2020).

✓ Opinião

O saldo contábil das Provisões matemáticas e previdenciárias em 30/04/2022 está subsidiado por laudo atuarial emitido em 15/06/2021, considerando o saldo de dezembro/2020. A administração apresentou laudo atuarial emitido por assessoria técnica especializada, para a data base de 31/12/2020, com data de elaboração emissão de 15/06/2021, cujo saldo de provisões é de R\$ 2.317.353.552,94 (quadro abaixo, pag. 28/tab. 19 do laudo atuarial emitido em 15/06/2021):

Tabela F 1 – Balanço de ganhos e perdas atuariais

Descrição	Passivo Atuarial	
	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder
Valor presente da obrigação atuarial em 1º de janeiro	1.163.715.220,08	2.394.311.592,71
Custo dos juros	68.426.454,94	140.785.521,65
Custo da atualização monetária	52.568.990,58	108.159.231,23
Contribuições arrecadadas	5.734.419,26	90.113.659,47
Benefícios pagos	177.001.764,40	
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro	1.943.837.267,26	1.925.937.301,00
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial no início do exercício (valores apurados por diferença)	830.393.946,79	-807.432.704,06

(pág. 91 do laudo atuarial emitido em 15/06/2021)

ANEXO G - Demonstrativo de Reserva Matemática (Portaria MF nº 464/2018)

Tabela G 1 – Valores a serem lançados no balancete contábil

PASSIVO		
2.2.7.2.1.00.00 (3) + (4) + (5) + (6) - (7) + (8) + (9)	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	2.317.353.552,94
PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2.2.7.2.1.03.00	(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.943.837.267,26
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	2.162.777.288,67
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	0,00
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	36.947.132,56
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	1.438.362,64
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	180.554.526,21
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	0,00
2.2.7.2.1.04.00	(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.925.937.301,00
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	3.101.341.792,92
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	372.790.932,52
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	409.112.435,92
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	393.501.123,48
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	0,00
2.2.7.2.1.05.00	(7) PLANO DE AMORTIZAÇÃO	1.552.421.015,32
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS	1.552.421.015,32

(pág. 92 do laudo atuarial emitido em 15/06/2021)

Foi apresentado laudo atuarial, datado de 15/05/2022 com a atualização dos saldos das premissas a serem reconhecidas nos registros contábeis, considerando o saldo em 31/12/2022.

Importante mencionar que o laudo atuarial evidencia um “Déficit Técnico Atuarial apurado nesta Avaliação Atuarial é de R\$ 3.233.354.168,19. Considerando as normas técnicas definidas na Instrução Normativa SPREV nº 07/2018, o LDA apurado, baseado na duração do passivo desta Avaliação Atuarial (15,38 anos), é de R\$ 712.130.630,52, assim, deduzindo-se este valor do déficit técnico apurado, a reserva a amortizar corresponde a R\$ 2.521.223.537,67 e deve ser financiada no prazo máximo de 30 anos” (págs. 49/50 do laudo atuarial emitido em 15/05/2022), o que requer iniciativas da administração no sentido de garantir a viabilidade dos planos custeados. Ainda, considerando as conclusões apresentadas no laudo atuarial emitido em 15/05/2022, deve-se proceder os ajustes necessários ante o saldos de provisões técnicas atualizadas para a data base de 31/12/2021:

Conceder (j)	R\$ 298.799.751,04
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL COM COMPREV (j) = (k)+(l)	R\$ 4.845.864.713,64
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – PMBC com COMPREV (k) = (c) – (g) + (f)	R\$ 2.200.499.326,93
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC com COMPREV (l) = (d) – (i) +(h)	R\$ 2.645.365.386,71
RESULTADO ATUARIAL (m) = (a) – (j)	R\$ (3.233.354.168,19)
Superávit	R\$ 0,00

(pág. 29 do laudo atuarial emitido em 15/05/2022)

Ressalte-se que o instituto deve planejar o estudo para a data base de 31/12/2022, considerando eventuais necessidades de ajustes ao saldo contábil em consequência das conclusões para aquela data para a elaboração adequada das demonstrações contábeis para aquela data.

4.1.6 PROVISÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS E CÍVEIS

✓ **Constatações**

Constatamos que a entidade não reconhece qualquer valor de provisão para contingências (passivo), sendo que o relatório apresentado pela assessoria jurídica da entidade, que traz a relação de processos ativos onde o IPREMB figura como parte requerida, para a data base de 30/04/2022 (relação de processos movimentados entre janeiro e abril/2022), perfaz o montante de R\$ 1.213.795,72 (valor da causa) de processos classificados como “provável” o risco de perda da ação.

Ainda temos o saldo de R\$ 33.699.56 de bloqueios judiciais (janeiro a abril) sendo não identificamos a ocorrência de saldo desta natureza nos saldos de contas ativas consignadas no balancete contábil analisado para o período.

O relatório apresentado, com identificação quanto a classificação de risco (provável, possível e remoto) e natureza das causas (ausência de processos cíveis) quanto a probabilidade de êxito das causas, relaciona apenas os processos movimentados no período (janeiro a abril de 2022), impossibilitando a mensuração quanto a eventuais riscos de desembolsos decorrentes deste contencioso jurídico não reconhecidos no passivo da entidade. Deve-se relacionar todos os processos ativos na data base, incluindo aqueles com origem e movimentação antes de janeiro/2022 e que ainda não foram transitados em julgado/arquivados (processos ativos).

✓ **Recomendação**

Portanto, recomendamos a adequação dos relatórios da assessoria jurídica, devendo contemplar a integralidade dos processos ativos na data base do balancete apresentado, não somente o período (janeiro a abril), bem como registro contábil de eventuais saldos de provisão (causas classificadas como provável), visando suportar a avaliação de auditoria quanto a totalidade e a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo.

Quanto ao reconhecimento de provisões de contingência, temos o seguinte preceito estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Há obrigação presente que provavelmente exige a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que possa, mas, provavelmente, não irá exigir a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente onde a probabilidade da saída dos recursos é remota.
A provisão deve ser reconhecida (item 22).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).
A divulgação da provisão é necessária (itens 97 e 98).	A divulgação do passivo contingente é necessária (item 100).	A divulgação não é necessária (item 100).

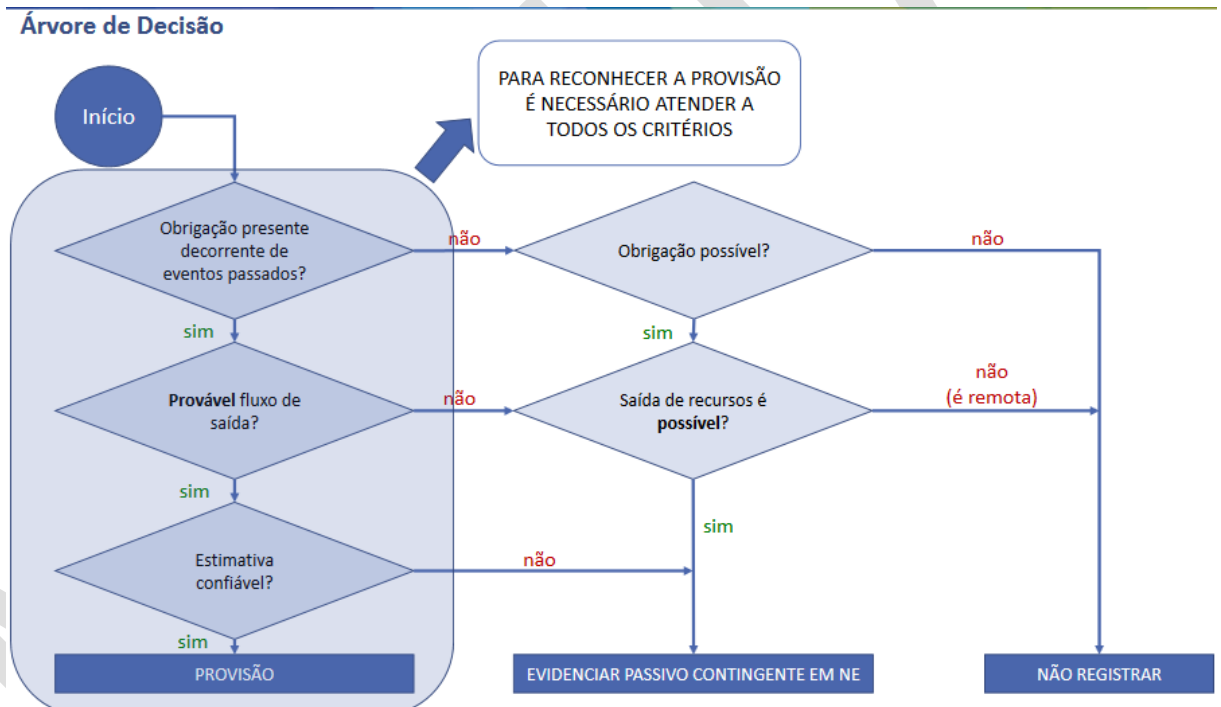
Reconhecimento da Provisão:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.



4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **33,41%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou negativamente em **7,01%** entre janeiro a abril de 2022.

PASSIVO	SALDOS				Variação 1º Quadrimestre 2022 (Comparativo com 3º Quadrimestre de 2021)	
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-581.482.814,32	-33,41	-625.290.177,43	-36,86	43.807.363,11	-7,01
RESULTADOS ACUMULADOS	-625.290.177,43	-35,93	-625.290.177,43	-36,86	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	43.807.363,11	2,52	0,00	0,00	43.807.363,11	100,00

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da entidade, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 19 (dezenove) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 01/2020.

Betim/MG, 31 de agosto de 2022.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029– CVM nº 12327




Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
 Contador - CRC/PE 010483/O-9 “MG”
 CNAI – 1592



Phillippe de Aquino Pereira
 Contador - CRC/PE 028157/O-2 “MG”
 CNAI – 4747



Thomaz de Aquino Pereira
 Contador – CRC/PE 021100/O-8 “MG”
 CNAI - 4850



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE



CEP 50.050.290



(81) 3338.3525

www.audimec.com.br